

PEQUENA ÁFRICA



A analista de negócios do TJRJ, Tatiana Lima Brandão, apresenta os locais que compõe a Pequena África ao grupo de participantes



Humberto Adami, Mercedes Gonzalez, desembargador Wagner Cinelli, juiz Ricardo de Andrade, desembargadora Patricia Serra, juíza Raquel Chispino e Alexandre Arantes

Magistrados e servidores do TJRJ percorrem espaços marcados pela escravidão e resistência

Foi realizada a 2ª Trilha da Memória: Uma jornada pela pequena África

Noventa pessoas, incluindo magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Rio, se reuniram no último sábado (21) para participarem da 2ª Trilha da Memória – Uma jornada pela pequena África. A iniciativa, promovida pelos Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (Cogens) do TJRJ, visitou espaços marcados historicamente pela memória sensível e de resistência contra a política escravocrata.

Com o objetivo de compreender a história dos locais que compõem a Pequena África, o grupo percorreu por mais de três horas o Centro do Rio, passando pela Praça Mauá; Igreja de São Francisco da Prainha; painel Hilário Jovino; Casa da Escrivência; Largo de São Francisco da Prainha; Pedra do Sal; Mirante do Morro da Conceição; Jardim Suspenso do Valongo; Largo do Depósito; Espaço Cultural Casa da Tia Ciata; Mercado de Escravizados; Cais do Valongo e Cais da Imperatriz; Docas Pedro II; Praça da Harmonia e a Revolta da Vacina; e o Cemitério dos Pretos Novos.

A responsável por apresentar esses locais aos participantes foi a analista de negócios do TJRJ, Tatiana Lima Brandão, mestranda em Administração pela Universidade Federal Fluminense e historiadora.

“A proposta de promover a Trilha da Memória surgiu a partir da Mostra Artística desenvolvida pelos Cogens no ano passado. Fiz um vídeo apresentando os pontos da Pequena África. Inicialmente, fui convidada para fazer uma palestra, mas, se vamos falar sobre discriminação, então precisamos conhecer nossas origens. É importante que as

pessoas conheçam essa história in loco, sintam toda essa representatividade por esses locais. Locais que fazem parte não só da história do Rio de Janeiro, mas da história mundial”, explicou.

Além de trazer reflexões acerca de toda uma cultura secular envolvida muito além da memória da escravidão, a atividade representou a oportunidade de lançar um olhar humanizado sobre a Justiça e os aspectos sociais que a permeiam. Por conta disso, os juízes aprovados no último concurso do Poder Judiciário Fluminense foram convidados para também percorrermos essa trilha histórica. “O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, através de ações continuadas, que incluem visitas guiadas pela Pequena África com participação de magistrados e servidores, reafirma seu compromisso com a construção de uma cultura antirracista e baseada na equidade e no respeito”, ressaltou o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo.

Número de participantes e parceiros aumentam na 2ª edição

Essa é a segunda atividade neste formato realizada pelos Cogens. A primeira foi em maio deste ano e contou com diversas instituições parceiras. Na 2ª Trilha da Memória, tanto o grupo de interessados quanto as parcerias cresceram. Quem conta é o presidente do Cogens, desembargador Wagner Cinelli. “O número aumentou nesta segunda edição, a indicar a crescente conscientização sobre a memória social e, no caso, propiciando maior conhecimento sobre a chaga que foi a escravidão. Aproveito para agradecer aos parceiros, o que inclui a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj); a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj); o Ins-



Divulgação

Os desembargadores Wagner Cinelli e Patricia Ribeiro Serra Vieira, presidente e vice-presidente dos Cogens, respectivamente

“A proposta de promover a Trilha da Memória surgiu a partir da Mostra Artística desenvolvida pelos Cogens. É importante que as pessoas conheçam essa história in loco, sintam toda essa representatividade por esses locais”

Tatiana Lima Brandão, mestranda em Administração pela Universidade Federal Fluminense e historiadora.



Divulgação

Cerca de 90 pessoas percorreram a Trilha da Memória no último sábado (21/9)

“Conhecer a história do nosso povo é essencial para garantir a empatia e o respeito necessário para a aplicação da Justiça”

Juíza Leidejane Chieza Gomes da Silva

tituto dos Magistrados do Brasil; o GT-Mulheres Negras, o Ministério Público do Rio de Janeiro, o Instituto Pretos Novos e a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil (CEVENB-OABRJ). Agradecimento especial à Tatiana Brandão, servidora do TJRJ, historiadora e guia voluntária no percurso da Pequena África.”

O sentimento é compartilhado pela vice-presidente dos Cogens, desembargadora Patricia Ribeiro Serra Vieira. “A Trilha da Memória pela Pequena

África cada vez atrai um maior número de interessados, porque, no meu sentir, não deixa apagar o processo de diáspora, que, a despeito de forçado, indigno e brutal, é da essência de nossa identidade sociopolítica, cultural e religiosa.”

“Conhecer a história do nosso povo é essencial para garantir a empatia e o respeito necessário para a aplicação da Justiça”, disse a juíza Leidejane Chieza Gomes da Silva, membro do Cogen 1º Grau e presidente do Grupo de Trabalho Mulheres Negras do TJRJ.

Para o advogado e presidente da CEVENB-OABRJ, Humberto Adami, a parceria entre TJRJ e a instituição já está colhendo bons frutos. “Como presidente da CEVENB-OABRJ, convidei o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, para uma visita ao Cemitério dos Pretos Novos. Ele foi, viu, ouviu, e se emocionou com a história que é do Brasil. Agora, os novos juízes estão indo fazer o circuito da Pequena África. Uma revolução silenciosa. É isso que fazemos”.